



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular 2022-2023

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

### Unidade curricular

Organização Administrativa  
(Organização administrativa e serviço público)

### Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Ana Neves

### Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável.

### Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

A relevância da organização administrativa para a concretização do Estado de Direito impõe uma compreensão alargada dos seus quadros de juridicidade e da sua intersecção atualizada com o conceito de serviço público, no contexto de um constitucionalismo multinível. Constituem objetivos da unidade curricular: *i)* pensar a organização administrativa a partir do conceito de serviço público, considerando os debates contemporâneos sobre boa administração e a sua conformação pelo Direito Internacional e do Direito Europeu; *ii)* refletir sobre a existência no Direito português de instrumentos e disciplina jurídicos de simplificação e racionalização organizativas como meio de tutela dos direitos das pessoas; *iii)* e analisar as alterações organizativas e realização do serviço público impostas pela evolução para uma Administração Pública em linha e estruturalmente tecnológica.

Pretende-se promover a aptidão para articular os conceitos e dimensões da organização e serviço público; e, bem assim, a aptidão para os compreender e aplicar a partir de várias fontes de Direito. Procura-se desenvolver a competência para identificar e resolver questões jurídicas relativas à organização e serviço público no quadro do Estado de Direito e de uma Administração Pública aberta, eficaz e independente. De igual, procura-se que resolvam, discutindo de forma colaborativa e num quadro de pluralismo normativo multinível, casos em contextos reais.

### Conteúdos programáticos

#### I – A Administração Pública e a sua relação com o serviço público

- 1.1. A organização administrativa e as funções da Administração Pública
- 1.2. Serviço público: sentidos, sujeitos e obrigações
- 1.2. Formas e parâmetros organizativos decorrentes do Direito Internacional
- 1.3. Formas e parâmetros organizativos decorrentes Direito Europeu
- 1.4. A simplificação organizativa e a prestação de serviços públicos
- 1.5. Administração Pública e tecnologia: impacto na compreensão principiológica, nas estruturas e nas relações jurídicas administrativas

#### II – O serviço público em áreas principais da Administração Pública

- 2.1. Administração Pública e serviços de educação e ensino
- 2.2. Administração Pública e os serviços de ação social
- 2.3. Administração Pública e serviços de saúde
- 2.4. Administração Pública e serviços de segurança, em especial o caso da Europol e da cooperação policial europeia.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

#### Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos revisitam princípios, conceitos e estruturas fundamentais do Direito da organização administrativa, pensando esta a partir da articulação com o serviço público. O programa convoca os parâmetros jurídicos fundamentais da Administração Pública, destacando, em particular, a relevância do Direito Internacional e do Direito Europeu. Analisa, por outro lado, o impacto da simplificação organizativa e das tecnologias de comunicação e de informação na Administração Pública e na relação de serviço público desta com as pessoas. O ponto II do programa versa sobre o cruzamento entre organização administração e serviço público em quatro das áreas fundamentais da administração pública. O programa permite cumprir todos os objetivos do programa e exercitar as aptidões e competências identificadas.

#### Metodologias de ensino (avaliação incluída)

O ensino/aprendizagem assenta na articulação entre a análise dogmática e a exercitação em contextos reais aplicativos. Valoriza a participação e a discussão colaborativa.

A estruturação de planos de aula e a disponibilização de materiais de apoio, prévia e posteriormente a cada aula (inseridos no moodle, na área da disciplina), assim como o diálogo com o docente, permitem ajudar os mestrandos na sua própria aprendizagem e o aprofundamento das temáticas.

A avaliação contínua pondera a realização de trabalho (apresentado por escrito ou oralmente), de comentário a acórdão (de entre vários indicados) ou (segundo opção do estudante) sobre um tema à escolha que se reconduza à temática da unidade curricular e pondera a participação geral e específica nas aulas.

O trabalho visa a exercitação das qualidades de reflexão e escrita jurídicas. Será avaliado de acordo com os critérios e escalas correspondentes (documento inserido no moodle na área da disciplina). Será dado *feedback* individualizado com referência à grelha.

#### Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O tratamento integrado, reflexivo e prático dos temas permite a apreensão dos diversos conceitos, princípios e regimes e a construção de um entendimento crítico e cosmopolita das questões sobre organização administrativa e serviço público. Por outro lado, a ilustração e a discussão de casos reais e a realização de exercícios práticos são pensados para desenvolver as aptidões e competências assinaladas.

#### Bibliografia principal

- AAVV, *Organização administrativa: novos atores, novos modelos* (2018), coordenadores Carla Amado Gomes, Ana F. Neves, Tiago Serrão (coord.), 1ª ed., Lisboa, AAFDL Editora, 2 vols.
- ABREU, Joana Covelo de (2019), “O Mercado Único Digital e a interoperabilidade administrativa: a proteção de dados pessoais na articulação entre administrações públicas nacionais e as instituições e órgãos da União Europeia – reflexões prospetivas”, *O Direito Administrativo...*, cit., pp. 206-242.
- Neves, Ana (2022). *Organização Administrativa e Serviço Público* (texto policopiado).
- SÉRVULO CORREIA, J.M. (2019), “Transversalidade estrutural e unidade funcional da administração”, in *O Direito Administrativo nos 30 anos da Constituição Brasileira de 1988 - Um diálogo luso-brasileiro*, in Carla Amado Gomes, Ana F. Neves, Eurico Bitencourt Neto e Fabricio Motta (coord.), Editora ICJP/CIDP, pp. 11-29 (<https://www.icjp.pt/publicacoes/pub/1/17698/view>).

\*

Outra a disponibilizar no moodle, relativamente a cada tópico do programa.

Serão igualmente disponibilizados na plataforma Moodle a legislação e jurisprudência necessárias.